Perícia em BPC por autismo e deficiência intelectual nos TRFs

Estudo · Fernanda Pessoa Ferro · dados do acervo do Precedentes · novembro de 2026 · fernandaferro.com/pesquisa/pericia-psicologica-bpc-autismo

Resumo

Este estudo mede quanto a avaliação psicológica aparece nas decisões dos Tribunais Regionais Federais sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC) em casos de Transtorno do Espectro Autista (TEA) e deficiência intelectual. Foram analisadas 4.027 decisões dos TRF1 a TRF6 (3.587 acórdãos e 440 decisões monocráticas) do acervo do Precedentes. Em 1.802 delas (44,7%) há menção a assistente social, estudo social ou laudo social, e em 1.895 (47,1%) a perícia médica. Menção a perícia psicológica, avaliação psicológica, teste psicológico, laudo psicológico ou a psicólogo aparece em 37 (0,9%), e só 7 (0,17%) usam um dos termos específicos de avaliação psicológica. Em 7 decisões o texto trata, ao mesmo tempo, de anulação, cassação ou complementação da perícia e de avaliação psicológica.

Palavras-chave: BPC, LOAS, autismo, deficiência intelectual, perícia psicológica, avaliação psicológica, Turmas Recursais, TRF.

Pergunta

Quem avalia, na Justiça Federal, se uma pessoa com autismo ou deficiência intelectual tem direito ao BPC? A Lei nº 8.742/1993 (art. 20) exige o conceito de pessoa com deficiência, e a Lei nº 13.146/2015 (art. 2º) manda que a avaliação seja biopsicossocial, feita por equipe multiprofissional e interdisciplinar. A Lei nº 12.764/2012 (art. 1º, § 2º) considera a pessoa com TEA pessoa com deficiência para todos os efeitos legais.

A pergunta do estudo é descritiva: nos acórdãos e nas decisões monocráticas dos TRFs sobre BPC com TEA ou deficiência intelectual, a avaliação psicológica aparece, e ao lado de quais outras perícias?

Método

Fonte. Acervo de decisões do Precedentes (precedentes.com.br), consultado por busca textual indexada, sem leitura integral de documentos.

Recorte. Decisões dos TRF1 a TRF6 cujo texto contém ao mesmo tempo (a) "BPC", "prestação continuada" ou "LOAS" e (b) "autismo", "autista", "espectro autista", "deficiência intelectual" ou "retardo mental". O recorte resultou em 4.027 decisões, abaixo do teto de 8.000 da consulta, então nenhuma ficou de fora por limite. Os dados foram extraídos em 23 de novembro de 2026.

Contagem. Sobre o texto de cada decisão (ementa, dispositivo e inteiro teor; quando o acervo não tem o inteiro teor, o trecho inicial) aplicaram-se expressões regulares, sem distinguir maiúsculas de minúsculas:

Indicador	Expressão procurada
Psicologia (amplo)	perícia psicológica, avaliação psicológica, teste(s) psicológico(s), laudo psicológico ou "psicólog"
Psicologia (estrito)	perícia psicológica, avaliação psicológica, teste(s) psicológico(s) ou laudo psicológico
Social	assistente social, perícia social, laudo social ou estudo social
Médica	perito médico, perícia médica, médico perito ou laudo médico pericial
Anulação ou complementação	anula*, cassa* ou complementa* junto com perícia, laudo ou pericial
Cerceamento	"cerceamento de defesa" junto com perícia ou laudo pericial

Limites

- Os números contam **menção no texto**, não o que o juiz decidiu sobre o tema. Uma decisão que cita "psicólogo" no relatório entra no indicador amplo.
- O indicador de anulação ou complementação é largo: pega qualquer anulação, cassação ou complementação que apareça ao lado de "perícia" ou "laudo", inclusive a de sentença por outro motivo. Por isso ele não é apresentado como "anulada por falta de avaliação psicológica". Esse cruzamento está na linha própria (7 decisões).
- O acervo reúne as decisões que o Precedentes coletou de cada tribunal. Não é o universo de decisões da Justiça Federal e a cobertura por tribunal e por período varia. As diferenças entre TRFs refletem em parte essa cobertura.
- A coluna "resultado" é o resultado registrado da decisão. O estudo não distingue quem recorreu, então não mede taxa de reforma de sentença.
- Não houve leitura individual das decisões. Os números são uma triagem textual, para orientar leitura posterior.
- As decisões não são identificadas por parte nem por número de processo neste texto.

Resultados

Quem aparece nas decisões

TRF	Decisões	Social	Médica	Psicologia (amplo)	Psicologia (estrito)
TRF1	642	362 (56,4%)	525 (81,8%)	2 (0,3%)	0
TRF2	741	195 (26,3%)	162 (21,9%)	8 (1,1%)	1
TRF3	66	40 (60,6%)	22 (33,3%)	0	0
TRF4	843	358 (42,5%)	267 (31,7%)	18 (2,1%)	4
TRF5	1.392	657 (47,2%)	759 (54,5%)	8 (0,6%)	1
TRF6	343	190 (55,4%)	160 (46,6%)	1 (0,3%)	1
Total	**4.027**	**1.802 (44,7%)**	**1.895 (47,1%)**	**37 (0,9%)**	**7 (0,17%)**

A avaliação psicológica é a perícia que menos aparece, em todos os tribunais. O TRF4 é o que mais a menciona (18 decisões, 2,1%), e ainda assim a menção é rara. Em contraste, médico e assistente social estão em quase metade das decisões cada um.

Anulação, complementação e cerceamento

TRF	Anulação ou complementação	Cerceamento com perícia	Anulação ou complementação e psicologia
TRF1	334 (52,0%)	25 (3,9%)	0
TRF2	120 (16,2%)	16 (2,2%)	2
TRF3	15 (22,7%)	1 (1,5%)	0
TRF4	127 (15,1%)	19 (2,3%)	1
TRF5	466 (33,5%)	139 (10,0%)	3
TRF6	39 (11,4%)	23 (6,7%)	1
Total	**1.101 (27,3%)**	**223 (5,5%)**	**7 (0,17%)**

Mais de um quarto das decisões do recorte trata de anular, cassar ou complementar perícia ou laudo, e 223 discutem cerceamento de defesa ligado à prova pericial. O tema da perícia é, portanto, litigioso. Só em 7 decisões ele aparece junto com avaliação psicológica.

Resultado registrado

TRF	Provido	Parcial	Negado	Outro	Não conhecido	Prejudicado
TRF1	355	28	222	36	1	0
TRF2	172	81	430	43	8	7
TRF3	20	10	33	1	2	0
TRF4	178	61	500	93	5	6
TRF5	266	79	803	220	7	17
TRF6	89	21	226	4	2	1
Total	**1.080**	**280**	**2.214**	**397**	**25**	**31**

Provimento total ou parcial: 1.360 decisões (33,8%). Negado: 2.214 (55,0%). Entre as 37 decisões com psicologia (amplo): 12 providas, 2 parciais, 22 negadas e 1 "outro". O número é pequeno demais para comparar com o conjunto.

O que o estudo permite dizer

1. Em 4.027 decisões de TRF sobre BPC com TEA ou deficiência intelectual, a avaliação psicológica é mencionada em menos de 1%.
2. Medicina e serviço social aparecem em quase metade das decisões cada um.
3. A discussão sobre a validade da perícia é frequente, em mais de um quarto das decisões, e quase nunca passa por avaliação psicológica.

O que o estudo **não** permite dizer: que a ausência de avaliação psicológica causa a negativa do benefício, ou que decisões que a mencionam tenham resultado diferente. Com 37 decisões no indicador amplo, qualquer comparação de resultado seria frágil. Uma leitura individual dessas 37 decisões, e das 7 do cruzamento, é o passo seguinte.

Por que a avaliação psicológica importa nesses casos

Transtorno do Espectro Autista e deficiência intelectual são definidos por critérios de funcionamento adaptativo, comunicação, interação social e funções intelectuais. A tese da autora é que esses construtos se medem com instrumentos psicológicos, o que torna a avaliação psicológica a prova técnica adequada ao ponto central desses processos. A Lei nº 4.119/1962 (art. 13, § 1º) inclui o diagnóstico psicológico e o uso de métodos e técnicas psicológicas entre as funções do psicólogo, e a Resolução CFP nº 31/2022 regula a avaliação psicológica e exige que os testes utilizados tenham parecer favorável no SATEPSI. O guia que acompanha este estudo, Quando pedir perícia psicológica no BPC e na incapacidade psíquica, mostra como pedir essa perícia.

Referências

- BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (LOAS), art. 20.
- BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, art. 1º, § 2º.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), art. 2º.
- BRASIL. Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, art. 13, § 1º.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução nº 31, de 15 de dezembro de 2022 (avaliação psicológica e SATEPSI).
- Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI): satepsi.cfp.org.br.
- Precedentes, acervo de decisões dos TRFs: precedentes.com.br.

Fernanda Pessoa Ferro, psicóloga (CRP 01/30999) · fernandaferro.com